



# NORTE2020

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

## CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA 2022-2023 |  
ORGANISMO INTERMÉDIO DA DIREÇÃO-  
GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS - DGAL

AVISO Nº NORTE-77-2022-02

## ÍNDICE

<b>Preâmbulo.....</b>	<b>3</b>
1. Objetivos específicos .....	3
2. Área geográfica da aplicação .....	3
3. Beneficiário .....	3
4. Critérios de elegibilidade dos beneficiários.....	3
5. Forma dos apoios .....	4
6. Dotação financeira .....	4
7. Taxa máxima de cofinanciamento .....	4
8. Duração das candidaturas .....	4
9. Tipologia de ações.....	4
10. Despesas elegíveis.....	5
11. Indicadores a alcançar .....	5
12. Critérios de elegibilidade das operações .....	6
13. Critérios de seleção .....	6
14. Modalidade e procedimentos para apresentação das candidaturas.....	7
15. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas .....	8
16. Aceitação da decisão .....	8
17. Obrigações do beneficiário.....	8
18. Pagamentos da comparticipação comunitária.....	9
19. Condições de alteração da operação.....	9
20. Redução ou revogação do apoio comunitário.....	9
21. Acompanhamento e controlo da execução da operação.....	9
22. Divulgação de resultados e pontos de contacto .....	9

## Preâmbulo

O presente Convite enquadra-se no Eixo 10 – Assistência Técnica do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (NORTE 2020) e foi elaborado nos termos dos nºs 6 e 7 do artigo 16.º das Regras Gerais de aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, bem como na metodologia e critérios de seleção do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 aprovados por consulta escrita de 22 de junho de 2015.

<b>Objetivo Temático</b>	13 - Não aplicável
<b>Prioridade de Investimento</b>	13.01 - Não aplicável
<b>Tipologia de Intervenção</b>	77 – Assistência Técnica
<b>Objetivos específicos</b>	Criar as condições para o exercício eficaz e eficiente das competências e atribuições da Autoridade de Gestão e assegurar o envolvimento e a participação ativa dos “stakeholders”, divulgando informação aos cidadãos e às empresas e capacitando os beneficiários
<b>Domínios de intervenção</b>	121 - Preparação, execução, acompanhamento e inspeção; 122 - Avaliação e estudos; 123 - Informação e comunicação

### 1. Objetivos específicos

O objetivo deste convite de apresentação de candidaturas consiste em criar, junto do Organismo Intermédio, Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), as condições para o exercício das funções e cumprimento das obrigações que decorrem da delegação de competências de seleção de operações, efetuada pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 no âmbito da Tipologia de Operações “Programa de Estágios na Administração Local (PEPAL)”.

### 2. Área geográfica da aplicação

O presente convite para apresentação de candidaturas tem aplicação no território da Nomenclatura da Unidade Territorial para Fins Estatísticos (NUTS) II Norte.

### 3. Beneficiários

O beneficiário do presente convite é a Direção-Geral das Autarquias Locais – DGAL

### 4. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

O beneficiário terá que assegurar os critérios estabelecidos nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação atual.

## **5. Forma dos apoios**

O apoio a conceder assume a natureza de subvenção não reembolsável, assumindo a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

## **6. Dotação financeira**

A dotação financeira máxima de FEDER afeta ao presente Convite é de 52.885,00€ (cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e cinco euros).

## **7. Taxa máxima de cofinanciamento**

A taxa máxima de financiamento FEDER a conceder é de 75% das despesas elegíveis.

## **8. Duração das candidaturas**

A candidatura apresentada no âmbito deste convite deverá iniciar-se com o processo de seleção da primeira operação ao "Programa de Estágios na Administração Local (PEPAL)" e terminar com a apresentação do relatório relativo à última verificação *in loco*, conforme cláusula 5ª do Contrato de Delegação de Competências, contudo, deverá ser atento o prazo definido no ponto 10 do presente Aviso.

## **9. Tipologia de ações**

No âmbito do presente convite, são suscetíveis de apoio as ações relativas ao desenvolvimento das competências previstas na cláusula 5ª do Contrato de Delegação de Competências:

- a. Aplicar os critérios de seleção aprovados pela Comissão de Acompanhamento do NORTE 2020 (alínea b), n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, na redação atual);
- b. Verificar se a operação a selecionar tem enquadramento nas elegibilidades específicas do PO NORTE 2020, bem como adequação técnica aos objetivos e finalidades específicas visadas, e se ficou objetivamente demonstrada a sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira (alínea f), n.º 1 do artigo 26 do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, na redação atual);
- c. Verificar se foi cumprida a legislação aplicável à operação em causa, sempre que a operação tenha início antes da apresentação do pedido de financiamento à Autoridade

de Gestão (alínea g), n.º 1 do artigo 26 do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, na redação atual);

- d. Realizar verificações das operações *in loco* (alínea b), n.º 4 do artigo 26 do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, na redação atual).

## **10. Despesas elegíveis**

**10.1.** São elegíveis as despesas seguidamente indicadas, quando realizadas pelo beneficiário no exercício das funções que lhe estão atribuídas no âmbito do contrato de delegação de competências:

- Despesas com remunerações e respetivos encargos sociais dos recursos humanos afetos ao exercício das funções, que integram a Estrutura prevista na cláusula 12ª do cContrato de Delegação de Competências;
- Despesas com deslocações e estadas, no âmbito das verificações no local.

**10.2.** Em termos temporais, são elegíveis as despesas realizadas, conferidas pelas datas das respetivas faturas ou documentos probatórios equivalentes, e pagas pelo beneficiário no período compreendido entre a data de início das tarefas relativas à seleção da primeira candidatura e a data da apresentação do relatório referente à última verificação ao local, sendo que 31 de dezembro de 2023 é a data limite de elegibilidade das despesas do período do PT2020, conforme definido no nº 2 do artigo 65º do Regulamento (UE) 1303/2013, de 17 de dezembro e no nº 4 do artigo 15º do Decreto-Lei 159/2014, de 27 de outubro, ambos na sua redação atual.

## **11. Indicadores a alcançar**

A operação deve contribuir para o cumprimento das metas do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 e para as metas concernentes aos indicadores de realização e de resultado aplicáveis à Tipologia de Operações “Programa de Estágios na Administração Local (PEPAL)”, conforme cláusula 6ª do contrato de delegação de competências.

Paralelamente, a operação contribui para o indicador de realização do Programa quando concorra para o alcance do seguinte indicador:

- a) Trabalhadores com salários cofinanciados pela Assistência Técnica (unidade de medida Equivalente Tempo Inteiro).

Neste contexto, a quantificação deste indicador efetuada em sede de candidatura é objeto de contratualização e monitorização no âmbito da operação aprovada ao abrigo do presente convite, tendo em vista a comprovação da obtenção dos resultados subjacentes à decisão de financiamento da operação.

## **12. Critérios de elegibilidade das operações**

A operação deve obedecer aos seguintes critérios:

- a) Enquadrar-se na tipologia de ações previstas no ponto 9;
- b) Visar a prossecução dos objetivos específicos e dos resultados que se pretendem alcançar com o apoio da União, previsto no Eixo 10 – Assistência Técnica do Programa;
- c) Justificar a necessidade e oportunidade da realização da operação;
- d) Apresentar uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira das intervenções previstas na operação;
- e) Incluir indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos, bem como monitorizar o grau de execução e o cumprimento dos resultados previstos.

## **13. Critérios de seleção**

A metodologia de cálculo para seleção da operação é baseada no indicador de Mérito da Operação (MO), determinado pela seguinte fórmula, sempre que as operações contemplem a generalidade das tipologias no presente convite:

$$MO = 0,25A + 0,35B + 0,25C + 0,15D$$

em que:

A - Grau de relevância da operação para os objetivos específicos e resultados definidos ao nível do Eixo Prioritário;

B - Grau de adequação da operação para o desenvolvimento das atividades de gestão, para a melhoria dos instrumentos de apoio às decisões de gestão e para a eficácia da aplicação dos Fundos;

C - Qualidade técnica da operação em matéria de conteúdos e duração, face à sua necessidade e oportunidade;

D - Grau de relevância das ações previstas na operação para a avaliação e disseminação de resultados.

Conjuntamente com o presente convite é disponibilizado, em Anexo, o respetivo referencial de análise do MO.

Não havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento da operação, esta é avaliada com base no seu mérito absoluto.

O mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de 1 a 5 (1, 3 e 5) pontos, em que 5 representa uma valoração Elevada, 3 uma valoração Média e 1 uma valoração Reduzida.

A classificação será estabelecida com 2 casas decimais.

É estabelecida uma pontuação mínima para a seleção da operação, não podendo ser inferior a 3 pontos.

#### **14. Modalidade e procedimentos para apresentação das candidaturas**

As candidaturas são apresentadas através de formulário eletrónico próprio disponível no Balcão Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), sendo indispensável que, para o efeito, o beneficiário tenha efetuado o seu registo e autenticação prévia no Balcão Portugal 2020.

Além do formulário de candidatura e dos anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, a candidatura deverá ainda incluir os documentos seguidamente indicados:

- i. Declaração de cumprimento dos critérios de elegibilidade do beneficiário, estipulados no artigo 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, e da inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do mesmo diploma legal;
- ii. Certificado da Direção de Serviços do IVA, comprovativo do enquadramento do beneficiário e da atividade a desenvolver resultante da implementação da operação, em termos de regime de dedução do IVA suportado com as despesas previstas na operação, caso o IVA não seja dedutível;
- iii. Previsão do pessoal a afetar ao projeto de assistência técnica do PO, com estimativa dos respetivos encargos salariais, segurança social e outros encargos da entidade patronal. Deverá ser anexada nota justificativa com a explicitação das chaves/critérios de imputação propostos.

A Memória descritiva da operação deverá incluir os seguintes aspetos:

- Descrição e justificação dos objetivos a atingir com a operação candidata;
- Indicação dos cronogramas de execução física e financeira da operação;
- Identificar de forma clara e objetiva o contributo da operação para cada um dos critérios de seleção definidos no presente convite.

A candidatura deve ainda conter outra informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

A apresentação das candidaturas decorre em contínuo, encontrando-se aberto o concurso a partir das 0:00h do dia da sua publicação e as 24:00h do dia 31 de outubro de 2022.

## **15. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas**

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos no presente convite.

A decisão sobre o cofinanciamento das operações é tomada em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A decisão fundamentada sobre o cofinanciamento a atribuir à candidatura é proferida pela Autoridade de Gestão no prazo de 45 dias úteis a contar da data de apresentação da candidatura.

O prazo referido suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, determina a análise da candidatura apenas com os elementos disponíveis.

O candidato é ouvido no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

A proposta de decisão da candidatura, relativamente à qual tenham sido apresentadas alegações em contrário, é reapreciada, sendo proferida a respetiva decisão final no prazo máximo de 40 dias úteis, a contar da data da apresentação das alegações (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

A decisão é notificada pela Autoridade de Gestão ao beneficiário, no prazo de 5 dias úteis a contar da data da sua emissão.

## **16. Aceitação da decisão**

A aceitação da decisão da concessão do apoio é feita mediante a celebração de termo de aceitação, o qual é submetido eletronicamente e autenticado nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação atual.

## **17. Obrigações do beneficiário**

Além das obrigações previstas no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação atual, o beneficiário fica ainda sujeito às seguintes obrigações:

- a) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados e impacto, controlo e auditoria;
- b) Comunicar à Autoridade de Gestão qualquer alteração ou ocorrência que possa pôr em causa os pressupostos subjacentes à decisão de aprovação da operação;



c) Nos termos dos regulamentos aplicáveis, autorizar a Autoridade de Gestão a proceder à divulgação dos apoios concedidos.

#### **18. Pagamentos da comparticipação comunitária**

Os pedidos de pagamento da comparticipação comunitária são apresentados pelo beneficiário no Balcão Portugal 2020, devendo ser efetuados a título de reembolso.

A apresentação dos pedidos de reembolso terá uma periodicidade mínima trimestral, devendo o último pedido de reembolso (pedido final) ser apresentado 30 dias após a data fim da operação.

#### **19. Condições de alteração da operação**

Estão sujeitas a nova decisão da Autoridade de Gestão as alterações referidas no n.º 7 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação atual.

#### **20. Redução ou revogação do apoio comunitário**

O incumprimento das obrigações do beneficiário, bem como a inexistência ou a perda de qualquer dos requisitos de concessão do apoio, podem determinar a redução ou revogação do mesmo, nos termos previstos no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação atual.

#### **21. Acompanhamento e controlo da execução da operação**

O beneficiário fica sujeito a ações de acompanhamento, de controlo e de auditoria a realizar pela Autoridade de Gestão ou por qualquer entidade por ela designada, bem como pelas entidades com competência em matéria de certificação, auditoria, controlo e avaliação dos fundos da União atribuídos.

A comparticipação comunitária a conceder no âmbito deste convite fica sujeita ao acompanhamento e controlo da sua utilização, em conformidade com as ações aprovadas, nas suas componentes material, financeira e contabilística.

#### **22. Divulgação de resultados e pontos de contacto**

No Balcão Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), o beneficiário tem acesso a:

- a) Outras informações relevantes para efeito de instrução da candidatura, nomeadamente legislação de enquadramento e formulário de candidatura;
- b) Suporte técnico e assistência ao esclarecimento de dúvidas durante o período para a apresentação da candidatura;
- c) Ponto de contacto para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados do presente Convite.

Sem prejuízo da informação disponível no Balcão Portugal 2020, quaisquer pedidos de esclarecimento podem ainda ser dirigidos a: [norte2020@ccdr-n.pt](mailto:norte2020@ccdr-n.pt).

Porto, 12 de julho de 2022

O Presidente da Comissão Diretiva do NORTE 2020,

António M. Cunha

## ANEXO: EIXO PRIORITÁRIO 10 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE CANDIDATURAS

Critérios de Seleção	Tipo Critério	Valoração	Ponderadores	Funcionamento	Sistemas de Informação	Formação e Capacitação das Equipas de Gestão
<b>Grau de relevância da operação para os objetivos específicos e resultados definidos ao nível do Eixo Prioritário Programa:</b>	Comum	<div>5 - Elevada</div> <div>3 - Média</div> <div>1 - Reduzida</div>	25%	X	X	X
a) Adequação da operação aos objetivos específicos definidos ao nível do Eixo Prioritário;						
b) Grau de contributo da operação para o alcance dos indicadores de resultado definidos, ao nível do Eixo Prioritário.	Comum		35%	X	X	X
<b>Grau de adequação da operação para o desenvolvimento das atividades de gestão, para a melhoria dos instrumentos de apoio às decisões de gestão e para a eficácia da aplicação dos Fundos:</b>						
a) Adequação da operação às prioridades definidas para o desenvolvimento das atividades de gestão;						
b) Contributo da operação para a melhoria dos instrumentos de apoio à Gestão.	Comum		25%	X	X	X
<b>Qualidade técnica da operação em matéria de conteúdos e duração, face à sua necessidade e oportunidade:</b>						
a) Adequação dos conteúdos aos objetivos da proposta;						
b) Viabilidade do calendário proposto face aos objetivos e conteúdos da proposta.	Específico		15%		X	
<b>Grau de relevância das ações previstas na operação para a avaliação e disseminação de resultados:</b>						
a) Adequação das metodologias e calendários das medidas propostas, em matéria de avaliação e/ou disseminação, às exigências regulamentares;						
b) Contributo da operação para a identificação de boas práticas.						